Ascendência árabe nas Linhagens do *Livro Velho*

Arabic ascendance in the *Livro Velho* lineages

António Rei[1]
IEM / FCSH – UNL
Bolseiro FCT

Resumo

No Reino de Portugal, em finais do século XIII, os representantes das mais antigas famílias de infanções do entre Douro e Minho, nos relatos linhagísticos que produziram, fizeram remontar as suas origens também a ascendentes árabes. Tudo na procura de uma autoridade, uma antiguidade que legitimasse a sua invocação de velha nobreza, ante o poder hegemónico da recente Casa Real portuguesa. Desta forma aqueles senhores, afirmaram a maior antiguidade das suas famílias, declarando que as mesmas, havia séculos, eram os verdadeiros conquistadores, construtores do reino de Portugal. A Casa Real era de recente data e de origem estrangeira, transpirinaica; não, como eles, de secular origem peninsular, na qual se entroncava também o sangue árabe. Assumem, portanto, uma clara origem, étnico-cultural, moçárabe, origem onde se fundiram as elites cristãs e as elites muçulmanas, e dando, portanto, substância sociológica à cultura andalusi, cultura simbiótica, e que constituiu o quadro de referência para os diferentes reinos, muçulmanos, mais a sul, e cristãos, mais a norte, até meados do século XI.

Palavras-chave: Infanções; linhagens; árabe.

Abstract

In the Kingdom of Portugal, at the end of the thirteenth century, the heads of the oldest families of "infanções" (chief warriors) settled between Douro and Minho rivers, in the lineage books they have produced, traced their origins back also to Arab ancestors. All in search of an authority, an antiquity that would legitimize its invocation of old nobility, against the hegemonic power of the new Portuguese Royal House. By that way, those gentlemen proclaim the greater antiquity of their families, stating that they were, for centuries, the true conquerors, the builders of the kingdom of Portugal. The Royal House was recent and of foreign origin, coming from the north of the Pyrenees and not, like them, of secular peninsular origin, in which melted also Arabic blood. They assume a clear origin, ethno-cultural, Mozarabic, which merged origin elites Christian and Muslim elites, and giving therefore sociological substance to the Andalusian culture, symbiotic culture, and that was the frame of reference for the different kingdoms, Muslim, further south, and Christians, to the north, until the mid eleventh century.

Keywords: "Infanções"; lineages; Arabic.

● **Enviado em: 06/04/2013**
● **Aprovado em: 05/07/2013**

[1] Doutor em História Cultural e das Mentalidades Medievais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa ; Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais (IEM / FCSH – UNL); Bolseiro Pos-Doc (SFRH/BPD/36484/2007) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); ajrei@sapo.pt

1. Introdução

Pretendemos abordar aqui, de forma preliminar, uma fonte textual, que tem sido muito trabalhada, do ponto de vista histórico e genealógico, e que dá pelo nome de *Livro Velho de Linhagens*[2].

O contacto com as linhagens nele tratadas fez-nos constatar que em alguns dos antropónimos, e também em alguns dos conteúdos textuais, existem sinais que apontam para uma moçarabização da realidade social dos primórdios das linhagens tratadas na obra[3]. E constata-se ainda também a procura de conseguir um evidente relevo às marcas dessa moçarabização, e que se encontram presentes nos passados, reais ou mitificados, dos personagens que dão corpo e conteúdo àquele mais antigo nobiliário português.

1.1. O *Livro Velho de Linhagens (LVL)*

1.11. O LVL e a sua contextualização politico-social

O *Livro Velho de Linhagens (LVL)* apareceu quando, para a antiga nobreza de raiz portucalense, se tornou sensível uma crise social, com reflexos diretos na sua economia e no seu estatuto.

Três décadas após a conclusão da chamada "Reconquista", quando Afonso III tomara posse das últimas praças algarvias, em meados de Duzentos, e já aquela mesma nobreza não encontrava forma de continuar a conseguir fontes de ingressos, expandindo os seus senhorios territoriais, como era até então tradicional, geralmente através da repartição de alguns dos territórios conquistados, e que eram outorgados, como recompensa, aos senhores intervenientes nas respetivas ações bélicas.

E, dessa maneira, a velha fidalguia começava a sentir-se, cada vez mais, sujeita ao arbítrio do monarca, mercê, por exemplo, das ações fiscalizadoras que tinham dado corpo às

---

2 *Livros Velhos de Linhagens* [Livro Velho e Livro do Deão], ed. crítica de J. Piel e J. Mattoso (*Portugaliae Monumenta Historica. Nova serie*, I), Lisboa, Academia das Ciências, 1980 (1ª ed.: *Os Livros de Linhagens,* ed. Alexandre Herculano, *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores, I*, Academia das Ciências de Lisboa, 1861); J. Mattoso, "Livros de Linhagens", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho, 1993, pp. 419-421.

3 José Mattoso oscilou na direcção da moçarabização dos Infanções, mas assentou a sua dúvida em relação a essa possível realidade, no facto de o domínio politico-militar islâmico a norte do Douro ter sido muito breve (V. Idem, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães & Cª. Editores, 1982, p. 39). Sabe-se, no entanto, que, desde sempre, os fluxos culturais e comerciais ultrapassam, sempre, as fronteiras políticas. Estas não podem conter aqueles. As marcas do sul islâmico entraram fortemente no norte cristão. Não esqueçamos o pormenor que se encontra no episódio da Lenda da Gaia, de o rei Ramiro ao se dirigir à serva moura que encontrou junto ao poço, o ter feito "pela aravia". Pode ser uma mitificação, mas também pode ser uma realidade: os senhores cristãos do norte, os monarcas inclusivamente, saberiam árabe o suficiente para se comunicarem oralmente, e de forma satisfatória, com os do sul.

chamadas inquirições régias[4]; mas, também, através da substituição, nos mais importantes cargos curiais, dos membros daquelas antigas linhagens por indivíduos da nova nobreza emergente, de mais baixa proveniência social, é certo, mas mais cortesã, mais letrada, e também mais disposta a obedecer às ordens do rei[5].

O *LVL* é, antes de tudo, um manifesto de revolta, onde os membros daquela velha nobreza fizeram, simbolicamente, a defesa da sua condição, claramente em perigo, e da sua linhagem, a qual estava ficando seriamente ameaçada com a perda de riqueza, poder e protagonismo[6].

Aquela obra é o último sinal, o testemunho derradeiro de um tempo, de uma cultura de traços senhoriais, feudais e rurais, no momento em que a mesma está sendo definitivamente substituída por uma cultura régia, cortesã e urbana.

1.12. a sua origem

É hoje um dado adquirido de que o *Livro Velho de Linhagens* foi redigido no Mosteiro de Santo Tirso, tendo sido composto entre cerca de 1285 e 1290, a mando de Martim Gil de Riba de Vizela, senhor que assumiu a herança simbólica e linhagística dos Senhores da Maia, que lhe vinha por sua mãe, a primogénita do último dos Senhores daquela linhagem[7].

Fundado por um antepassado materno daquele Martim Gil de Riba de Vizela, este o mentor e mecenas da obra genealógica em causa, aquele Mosteiro de Stº. Tirso, estava, desde a sua própria origem, intimamente ligado à memória daquela linhagem, pois nele fora constituído, desde a sua fundação, o panteão familiar dos Senhores da Maia[8].

---

4 Sobre as Inquirições Régias levadas a cabo por ordem de D. Afonso III, v. Luis Krus, "Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III", in Idem, *A Constução do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 41-58. Sobre as Inquirições, em geral, v. "Inquirições", *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Porto, Figueirinhas, 1989, vol. III, pp. 328-330.

5 Sobre os personagens que operaram aquela alteração sob as ordens de Afonso III, v. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, II vols., Coimbra, FLUC, Dissertação de Doutoramento, 1992, policop.

6 O "Livro Velho" […] Afirma-se como texto de combate ideológico, como manifesto da sociedade senhorial", Luís KRUS, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, FCG / JNICT, 1994, p. 70, n. 60.

7 Sobre Martim Gil (I) de Riba de Vizela, v. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, II vols., Coimbra, FLUC, Dissertação de Doutoramento, 1992, policop.; J. Mattoso, "Livros de Linhagens", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho, 1993, pp. 419-421; A. Rei, "Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312)", *Callipole* 9 (2001), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 13-22, para aquele senhor, especialmente pp. 17-19.

8 A. Rei, "Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312)".

1.1.3. os seus conteúdos

A obra é designada como "*Livro Velho*" para, dessa forma, identificar o mais antigo livro de linhagens que se conhece em Portugal. Não é conhecido na sua forma integral, ou porque não chegou a ser completado; ou porque perdeu algumas das suas partes constitutivas. Sendo afirmado no respetivo 'Prólogo' que a obra em causa trataria cinco linhagens, apenas subsistiram duas dessas cinco, e uma das quais, incompleta.

É, portanto, uma obra genealógica, de modelo linhagístico, e teve a sua génese entre o meio senhorial mais antigo do espaço portucalense e posteriormente português.

Um dos principais, ou mesmo, o então principal representante da primitiva nobreza portucalense no Reino de Portugal, aquele Martim Gil de Riba de Vizela, mandava pôr, por escrito, as memórias da sua linhagem.

Mas não apenas e estritamente, da "sua" linha ascendente de antepassados, mas também as memórias de mais quatro outras linhagens que, entre os séculos IX e XI, tinham emergido no entre Douro e Minho, e com as quais, mais longinquamente ou mais recentemente, os da Maia se tinham acabado por relacionar, através do casamento de mulheres da sua linhagem nas outras famílias. Essas quatro linhagens eram os de Sousa ou Sousões; os de Bragança ou Braganções; os de Baião ou Baiões; e os Gascos ou de Riba Douro[9].

Ou seja, no momento da composição da coletânea genealógica, já todas aquelas linhagens estavam aparentadas, e todas acabavam por ter os mais longínquos Senhores da Maia também como seus antepassados. Veremos adiante a importância desta ascendência comum.

2 Novas leituras do LVL

1 - c) orgânica textual – uma outra visão

Há uma questão, que tem sido bastante referida, e que tem que ver com a ordem pela qual aquelas linhagens aparecem enunciadas no Prólogo do *LVL*. Elas surgem na seguinte ordem: Sousas, Braganções, Maias, Baiões e Riba Douro.

---

9 Sobre estas linhagens portucalenses, v. J. Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros* (v. supra n.1); Idem, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, 2ª.ed., 2 vols., Estampa, 1985, em especial o vol. I, passim; Idem, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, 4ª. ed. revista, Estampa, 1994. Mais recentemente, e centrados em apenas uma das linhagens, Odília Gameiro publicou *A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, que trata os Sousa ou Sousões; e em 2004, José Carlos Soares Machado, publicou um estudo de fôlego, sobre *Os Bragançãos. História Genealógica de uma Linhagem Medieval (séculos XI a XIII)*, Lisboa, Ass. Portug. de Genealogia, 2004. Ainda de forma geral sobre todas estas linhagens, v. José Augusto de Sottomayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1297-1325)*, Porto, Universidade Moderna, 1999, *passim*.

Tem sido afirmado, também, que o critério que conduziu àquela ordenação, é o da primazia social e de prestígio de cada linhagem.

A questão, que antes de mais nos parece óbvia, é: se a obra foi patrocinada por um herdeiro e chefe de linhagem da Maia, porque coloca a sua em terceiro lugar, e não em primeiro? Não entenderia ser a sua a primeira e de maior prestigio? É, convenhamos, um pouco estranho, para uma obra, destinada, entre outras coisas, a ser um texto encomiástico, um panegírico da própria linhagem do mentor daquela empresa, que aquela ordem reflita o que hoje designamos por um género de "ranking" social, no qual a família patrocinadora acabasse por não ficar muito bem colocada.

Quanto a nós, entendemos tratar-se de uma ordenação que obedece a um outro critério estrutural: ao referir os "*bons filhos d'algo*" de que vai falar, e dos quais os da Maia são "os mais nobres das Espanhas", coloca-os a todos como participes e pertencentes a um conjunto único. Ao dizer, depois, que se dividem em cinco troncos, deixa pressupor um ponto em que todos têm uma ascendência comum, da qual divergiram em determinado ou determinados momentos.

O facto de ele ter feito uma ordenação em que os da Maia ficaram no meio, coloca-os, quanto a nós, no centro objetivo e simbólico do próprio texto, fazendo deles o tronco principal do conjunto linhagístico, onde depois, vão sendo "enxertados" os outros ramos, através dos casamentos, com varonias das outras quatro linhagens. É a partir deles, Senhores da Maia, que uma determinada ascendência chega às outras quatro linhagens de infanções do Entre-Douro-e-Minho.

É apenas uma leitura possível desta ordenação linhagística presente no *Livro Velho*, mas que, quanto a nós, e pelas razões aduzidas, faz mais sentido do que na proposta anterior, na qual a ordenação apresentada, e em função da conclusão que lhe subjaz, é, no mínimo, algo contraditória relativamente ao conjunto de atributos com que os Senhores da Maia são identificados.

Esta ordenação, presente no *LVL*, já não se constata nos Livros posteriores, nem no *do Deão* nem no *do Conde D. Pedro*[10]: quer porque o número de famílias tratadas aumentou grandemente, o que muito dificultaria uma organização como aquela; quer porque os autores destas duas obras não estão procurando uma exaltação daquelas antigas linhagens, entretanto

[10] J. Mattoso, "Livros de Linhagens", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho, 1993, pp. 419-421; Luís KRUS, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, FCG / JNICT, 1994: sobre aqueles Livros, especial e respetivamente, pp. 71-86 e 113-142.

já extintas na varonia, e também, quase todas, no nome; ou ainda, e por último, porque já não era, certamente, aquela a lógica organizacional das respetivas obras.

A linguagem simbólica do LVL

O *LVL* afirma a antiguidade e o prestígio das linhagens senhoriais autóctones, as famílias dos Infanções de entre Douro e Minho, por comparação com a Casa Real portuguesa, muito mais recente, atendendo à respetiva varonia borguinhona.

Mais: aquele Livro foi, ele mesmo, o produto explícito dessa manifestação de prestígio, e dessa afirmação de precedência e, portanto, de implícita autoridade e legitimidade a que se arrogavam aqueles senhores portucalenses e que lhes daria um direito inquestionável à posse dos seus domínios e direitos, relativamente ao que entendiam serem interferências não justificadas nem justificáveis, por parte dos monarcas do Reino português.

Eles eram, segundo faziam constar, e disso exaravam registo, os descendentes daqueles que tinham andado a "*filhar o reino de Portugal*", muito antes, várias gerações antes, de Henrique de Borgonha ter demandado estas paragens.

A Casa Real tinha a sua origem no casamento, ocorrido em finais do século XI, de D. Henrique de Borgonha com D. Teresa, filha de D. Afonso VI de Leão e Castela, o Conquistador de Toledo, o Imperador.

Enquanto aquelas linhagens – os Maias, os Sousões, os Bragançães, os Riba Douro e os Baiões - remontavam a antigos presores ou senhores de fronteira, que desde o século IX tinham sabido sobreviver e manter as suas casas, em artifícios de diplomacia e de estratégia, colocando-se sempre algures, procurando sobreviver, escapar-se, autonomizar-se, dos poderes cristão asturiano-leonês, a norte; e do islão cordovês, a sul.

Parecem privilegiar, como os demais moçárabes, uma coexistência entre cristãos e muçulmanos peninsulares, apesar de nem sempre totalmente pacífica[11].

De qualquer foram, uma atitude, bem diferente da que tinham os cristãos que vinham d'além-Pirinéus para com os hispânicos em geral, quer estes fossem muçulmanos, quer fossem mesmo moçárabes. Recordemos, por mero exemplo, a conquista de Lisboa.

[11] O facto da submissão à Igreja de Roma e à «clunização» do cristianismo portucalense se dever também à proximidade que se dera entre as Casas de Leão e Castela, por um lado, e da Borgonha, por outro, e o facto de tal processo não ter sido nada pacífico, bem pelo contrário, poderá ter estado presente na mente de Martim Gil de Riba de Vizela, herdeiro dos Senhores da Maia, por linha feminina, quando ordenou que se compusesse o *Livro Velho de Linhagens*, onde exaltava as origens dos seus antepassados e dos outros senhores naturais, sobre a do monarca de Portugal, direto descendente daquele Henrique.

Não esqueçamos que os senhores cristãos daquelas paragens, os chefes das linhagens, com seus colaterais e súbditos, também acompanharam Muhammad ibn Abî 'Amir, o famoso *hâjib* que se autointitulou de *Al-Mansûr*, até Compostela, e também no regresso, até Lamego, onde foram agraciados pelo mesmo poderoso ministro de Córdova, e de onde cada um regressou, com os seus, para as suas terras[12]. Até o local de separação nos indica que eles eram daquela região, e que aquele ponto era quase um ponto equidistante dos seus domínios: Maias, Sousões e Baiões a noroeste; Gascos ou Ribadouro a oeste; e Bragançones a nordeste.

I – I- Análise textual – alguns indícios

Vejamos pois, quais as fontes de prestígio e de legitimidade que os da Maia, como porta-vozes destas cinco primeiras famílias, ou clãs, portucalenses evocam por sobre a própria família real portuguesa.

A primeira versão da *Lenda da Gaia* ou *de Dom Ramiro* presente no *LVL* é a mais antiga e fidedigna, quer do ponto de vista genealógico quer do ponto de vista linguístico.

Mais curta, tem, no entanto, toda a informação necessária; enquanto a segunda versão amplifica a anterior, e nessa paráfrase textual acaba, algumas vezes, por confundir alguns dos conteúdos textuais. Aparentemente mais informada e erudita, é, no entanto, muito menos clara.

Vamos apenas ver a questão relativa à denominação do filho do Rei Ramiro[13] e de Ortiga / Aldara.

Na 1ª versão quando diz que o rei Ramiro pôs nome ao filho, chama-o de "Alboazar". É a primeira e única vez que alguém é designado com tal nome em toda a primeira versão do relato.

---

12 Al-Mansûr quando regressou da sua expedição a Compostela, ao despedir-se, em Lamego, dos condes moçárabes do actual norte português, de entre Minho e Mondego, e que o tinham acompanhado naquela mesma expedição, ofereceu-lhes os chamados "mantos de honra" com que os soberanos de Córdova presenteavam alguns dos seus mais importantes convidados ou principais súbditos. Eram feitos com os filamentos do chamado "*abû qalamûn*", os quais lhes davam particularidades únicas, de beleza e sumptuosidade (sobre este material, sua identificação e origem, A. REI, "Santarém e o Vale do Tejo, na geografia árabe", *Arqueologia Medieval* nº 9, Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 61-75, especialmente as pp. 72-74. Mais antigo, não tão específico, mas ainda sobre este material, v. J. VALLVÉ, "La Industria en al-Andalus", *Al-Qantara* I (1980), pp. 209-241, p.228).

13 Este "Rei Ramiro", que a versão 2 chama de "Ramiro II", não seria o monarca que figurou na História com aquele nome, mas antes um seu tio homónimo, filho de Afonso III, o Grande, que em 925, após a morte de seu irmão Fruela II, se proclamou Rei, sem sucesso, pois acabou sendo reconhecido seu sobrinho Afonso IV, filho de Ordonho II (sobre esta questão de identidade do progenitor dos da Maia, que não obstante, descenderiam, por varonia, dos monarcas asturo-leoneses,v. Luiz de Mello Vaz de São Payo, "Ramiro II, sobrinho da Condessa Mumadona e Ramiro II progenitor da linhagem Maia", in *Genealogia & Heráldica* nºs. 5/6 (2001), Porto, Univ. Moderna, pp. 230-245.

Enquanto na 2ª versão aquela palavra surge sempre associada ao nome do Senhor do castelo de Gaia (que na 1ª versão aparece como "Abencadão"; e na 2ª, como "Aboazar Alboçadam"), e só no final desta 2ª versão refere então o filho do casal como "Aboazar Ramirez", dizendo depois que foi conhecido como "çid Abozar" porque fez "*muitas lides com mouros*".

Enquanto esta última denominação aparece, na 2ª versão, como um título conseguido após vários recontros vitoriosos tidos com os muçulmanos; no 1º relato, apesar de só aparecer o nome "Alboazar", uma passagem mais adiante é, no entanto, muito esclarecedora: "*o padre [...] lhe punha este nome porque seria padre e senhor de muito boa fidalguia*" (o sublinhado é nosso).

Esta passagem, na parte final do relato, é na realidade, a tradução completa, em português, do antropónimo do filho; cujo significado o autor da 2ª versão já não conhece, dizendo, por isso, tratar-se de um título e conseguido por razões bélicas.

"Alboazar" é a expressão árabe *Abû l-A'ṣâr*[14], que é traduzível por "*pai* ou *origem das linhagens*", ou seja, concorda plenamente com a explicação medieval anterior: "*padre [...] de muito boa fidalguia*". E o que terá caído, na 1ª versão, foi o "Cid"[15], que existe na 2ª versão, e que significa "Senhor". Vemos assim que aquela tradução correta do árabe se completa, dando-nos o sentido integral da expressão antroponímica que identificaria o filho do casal.

Mais: quem redigiu a versão original, que não será nenhuma das que conhecemos, pois o segundo relato não depende directamente do primeiro, mas ambos parecem depender de um texto matriz desconhecido (X), eventualmente em árabe.

Atendendo ao exemplo onomástico que vimos atrás, podemos afirmar que terá existido a versão original (X), e que esta que terá dado origem, traduzida ou copiada, às duas que conhecemos: a 1, mais simples, resumida e segura do ponto de vista linguístico; a 2, que será posterior, algo devedora também à 1, mas mais parafraseada, mais extensa, mais confundida e confusa.

O autor da versão original, como dizíamos, teria acesso à língua árabe. Ou porque a conhecia ele mesmo, ou porque alguém próximo lhe facultaria as informações necessárias. Se esta versão original não tiver sido traduzida do árabe antes da sua utilização como fonte do

14 "*Abû l-'Asâr*" é literalmente "Pai dos tempos [: o chefe carismático]"; mas também tem a leitura, que cremos, neste contexto, muito mais significativa, de, "*Pai das linhagens*", ou seja epónimo, tronco de linhagem, progenitor). Cf. Federico Corriente, *Dicionário Árabe-Español*, 2ªed., Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1986, p. 514.

15 "*Cid*", forma dialectal magrebi para "*Sayyid*" (*Senhor*, no sentido de *Dominus*. Em propriedade designa o descendente do Profeta que vem pelo neto Al-Hussayn; o que vem pelo neto Al-Hassan é chamado de "Sharîf": "Nobre").

LVL, então o redactor deste, ou a equipa que o integrava teria algum elemento com o necessário conhecimento do idioma árabe.

Pois quem redigiu aquela expressão "*Sayyid Abû l-A'ṣâr*" seria, não apenas um bom conhecedor do idioma árabe, mas conheceria mesmo a nomenclatura genealógica árabe, pois a expressão utilizada, revela, toda ela, erudição e conhecimentos daquela natureza. E da mesma forma quem traduziu a expressão em causa, pois ela está bem traduzida.

Será que o próprio autor seria ele mesmo um letrado com origens moçárabes, que tomara votos naquele Mosteiro? [16] Ou haveria, mais tarde, quando da composição do *LVL*, em Stº Tirso, algum árabe letrado, escravo ou convertido, que auxiliasse o redactor do *LVL*?

Não esqueçamos que por essa mesma época se estava traduzindo, também em meio senhorial, o chamado *Livro de Rasis*, com recurso a muçulmanos letrados que integravam as equipas de tradutores[17].

A informação genealógica árabe que surge logo no início da versão 2 é que ainda nos coloca questões não resolvidas, relativamente à versão 1, mas cuja análise não poderá ser feita aqui.

Mas há outros sinais de moçarabização nestas linhagens: a presença de *kunyas*[18] árabes, para além da que observámos, em nomes dos chefes de linhagem das primeiras gerações, é mais um sinal cheio de significado, na forma e no conteúdo, e que pretendemos tratar num futuro próximo.

Do ponto de vista estritamente genealógico, e tendo em atenção o primeiro dos da Maia que aparece na documentação, precisamente o fundador do Mosteiro de Santo Tirso, Aboazar Lovesendes, em 978, não repugna colocar, algures entre cerca de 920 / 925 e esta última data, uma geração intermédia, atendendo também à média de vida daquela época.

Aquele filho, que aparece designado por um conjunto onomástico a que falta o nome próprio, pois temos apenas uma *kunya* árabe e um patronímico germânico, poder-se-ia

---

16 Não é incomum esta presença da herança cultural árabe nos meios monásticos portugueses, pois no verso de alguns documentos que tinham perdido o seu valor probatório, provenientes do Mosteiro de Alcobaça, aparecem exercícios de caligrafia árabe e cópia de pequenas frases em árabe, já na Baixa Idade Média (informação documental fornecida pelo Dr. Gonçalo Lopes, a quem agradeço).

17 Sobre esta tradução do chamado *Livro de Rasis* de árabe para português, v. António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Colibri, 2008, especialmente pp. 69-85; IDEM, "A tradução do Livro de Rasis e a memória da Casa Senhorial dos Aboim-Portel", in *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales* nº 33 (2010), Lyon, ENS Éditions, pp. 155-172.

18 *Kunya* é a construção que começada por "Abû" (pai), identifica um homem como pai do seu primogénito varão. Mas este é o significado literal. A mesma expressão não associada ao nome de um indivíduo, mas ao de um lugar ou a uma determinada característica pessoal, identifica a pessoa em causa como detentora daquele lugar ou daquela característica. É nesta última acessão que *kunya* se tornou no étimo da palavra portuguesa alcunha: palavra ou expressão que identifica uma pessoa, em função de uma ocupação ou profissão, de uma característica, física ou qualquer outra.

chamar Lovesendo Ramires, ser filho de Ramiro e pai de Aboazar Lovesendes. Este último, poderia ter nascido por volta de 950, e teria cerca de 28 anos quando da fundação do mosteiro. E assim poderá ser resolvida a questão: porque razão Aboazar é Lovesendes e não é Ramires (apesar do relato 2 pretender colmatar essa falha)? A verdade é que não nos chegou, efetivamente, um nome pessoal, nem um possível patronímico para além da titulatura de *Sayyid Abû l-A'ṣâr*.

I - A *nobilitas* árabe

Desta forma, com a composição deste *Livro de Linhagens*, os da Maia, e por intermédio deles todas as outras linhagens referidas, descendiam de um filho de uma nobre árabe, eventualmente com parentescos emirais e califais, chamada Artiga ou Ortiga[19]; e também descendente de sangue régio asturo-leonês.

Era, portanto, a ascendência árabe que tornava os da Maia "*os mais nobres em todas as Hespanhas*". Eles, e todos os que deles descendiam passavam, em consequência daquela origem, a aceder a essa condição de elite, de *nobilitas*, que lhe vinha do sangue árabe, e que eles consideravam por cima da que poderia ser conseguida por mercê de um rei cristão, fosse ele asturiano, leonês ou português. A sua condição de nobre vinha-lhes no sangue, e não dependia, em nada, daquilo que qualquer monarca cristão lhes pudesse ter concedido.

O seu sangue árabe, por si só, enobrecia-os, e assim não deviam nada da sua nobreza a ninguém, nem dependiam, em nada, de ninguém; nem do rei então reinante, nem de qualquer outro, antepassado daquele ou não.

Concluindo: terá sido este motivo que levou Martim Gil de Riba de Vizela a promover a composição deste *Livro de Linhagens*, que apesar de incompleto, revela uma estruturação e um conjunto de informações *sui generis*, que não volta a ser repetida, daquela forma, nas composições genealógicas posteriores.

E se existiram moçárabes, que o foram por apenas integrarem a simbiose cultural hispânica, será que não se poderão considerar moçárabes aqueles que além de viverem numa realidade social e cultural mesclada, foram ainda, eles mesmos, também mais a expressão biológica dessa realidade civilizacional? Não esqueçamos que vários califas de Córdova, como 'Abd al-Rahmân III e Al-Hakam II, foram filhos de mulheres cristãs do norte peninsular.

[19] Queremos deixar as questões relativas aos parentescos e ligações familiares desta senhora árabe para um estudo futuro que se foque essencialmente nesses aspetos.

O que ficou, e permaneceu, apesar de tudo, no *Livro Velho*, foi a memória do passado moçárabe daquelas cinco linhagens portucalenses, também elas na memória do nosso passado.